



Interpelação oral

Com vista a enfrentar o problema do envelhecimento da sociedade, há que criar um bom sistema de protecção dos idosos e uma oferta diversificada de serviços, atingindo os seguintes objectivos: “ter casa”, “ter quem os sustente” e “ter paz e sossego”.

Os idosos anseiam ser úteis e ter uma vida activa na reforma, porém, o Governo deve pensar e melhorar vários aspectos, como por exemplo as medidas e os apoios ao emprego. Actualmente, não existem muitas vagas no mercado e muitas empresas têm preconceitos em relação aos idosos, pensam que a sua produtividade é baixa e que só conseguem efectuar trabalhos simples; e mais, se o empregador contratar um trabalhador com mais de 65 anos, tem de pagar mais pelo seguro de saúde, o que reduz a sua vontade de contratar idosos, e em caso de despedimento, os idosos são os mais fáceis de despedir, o que afecta a sua empregabilidade.

Para enfrentar os desafios resultantes do envelhecimento da população e criar mais oportunidades de emprego para os idosos, as autoridades competentes planeiam lançar, neste ano, o plano de empresa social dos idosos, para, através do apoio a estas empresas, que exercem a sua actividade em forma comercial, oferecer postos de trabalho aos idosos, permitindo que estes, com os seus pontos fortes, dêem o seu contributo. Na verdade, já no Relatório



das LAG para 2009 o Governo refere que pretende promover o estabelecimento de empresas sociais, atribuindo apoios financeiros à sociedade civil para o efeito. Mas depois de vários anos, foram poucas as empresas sociais que conseguiram sucesso. Para que essas empresas sejam bem-sucedidas, é preciso ultrapassar muitos desafios, e para isso há que contar, nomeadamente, com uma equipa forte de trabalhadores, que não basta terem dedicação ao trabalho, precisam também de ter experiência em negócios. Tendo em conta a actual situação do nosso mercado laboral, quantas pessoas estão dispostas a trabalhar numa empresa onde o trabalho é muito e o salário é pouco? Depois da fase de arranque, essas empresas terão capacidade suficiente para se auto-sustentarem e até ter lucros? Serão capazes de desenvolver as suas actividades? Além disso, a maior dificuldade com que as empresas sociais se deparam neste momento, são as rendas elevadas. É óbvio que o crescimento próspero dessas empresas não depende apenas do factor dinheiro, o Governo deve implementar medidas complementares para dar resposta às questões com que essas empresas se deparam.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo deve tomar como referência a situação do desenvolvimento das empresas sociais e fazer um balanço das experiências, assumindo uma nova mentalidade na implementação do plano das empresas sociais, em



prol do emprego de idosos. Vai fazê-lo? Para além do apoio financeiro, que apoio técnico vai ser disponibilizado? Como é que se pode incentivar e atrair a participação das instituições neste plano? Por exemplo, vai apoiar-se os trabalhadores idosos na compra de seguro médico?

2. Segundo a nossa experiência, as diversas empresas sociais constituídas em Macau dedicam-se, principalmente, à prestação de apoio às pessoas das camadas sociais mais desfavorecidas e também no acesso destas ao emprego. As referidas empresas sociais visam incentivar os idosos a participar na sociedade e a continuar a dar o seu contributo. Ao nível das políticas, como é que se atrai a participação dos idosos neste plano? Este plano já foi implementado ao longo deste ano, então, quais foram os resultados alcançados?

3. Actualmente, muitas empresas sociais deparam-se com a pressão do arrendamento de espaços e do aumento das rendas, portanto, desejam que o Governo lhes reserve espaços nas habitações públicas. Na resposta a uma interpelação minha, o Governo refere que vai proceder à avaliação do regime vigente sobre a exploração das lojas localizadas nas habitações públicas¹. Qual é o ponto da situação? Para salvaguardar o funcionamento estável das empresas sociais, o Governo vai proceder a uma revisão legislativa, para efeitos de reserva destas lojas, a rendas baixas, para uso

¹ Interpelação escrita da Deputada Chan Hong, 17 de Novembro de 2014.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

das empresas sociais?

02 de Agosto de 2018

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hong